



Escola Nacional de Administração Pública

A EFICÁCIA DA EXTINÇÃO DE MINISTÉRIOS COMO FORMA DE CONTENÇÃO DE GASTOS: MITO OU VERDADE?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do grau
de Especialista em Planejamento e Orçamento.

Aluno: Waldyr de Oliveira Neto

Orientador: Otávio Ventura

Brasília – DF

Jul/2020

A EFICÁCIA DA EXTINÇÃO DE MINISTÉRIOS COMO FORMA DE CONTENÇÃO DE GASTOS: MITO OU VERDADE?

Autor: Waldyr de Oliveira Neto¹

Resumo

Há um discurso, que ressurge em anos eleitorais, que relaciona a quantidade de Ministérios ao aumento ou redução dos gastos governamentais. Esse discurso ganha espaço na mídia e é percebido como verdade absoluta pela opinião pública, como ocorre na Teoria do Mito de Negrão (2005). Contudo, a análise da execução orçamentária do Ministério da Economia e das cinco pastas que o antecederam mostram que essa relação não encontra respaldo nos números. Assim, o porquê de a ênfase recair sobre a quantidade de Ministérios ao invés da efetividade da economia de gastos é algo que pode ser explicado sob a luz do Regime de Visibilidade de Rancière (2018).

Palavras-chave

Redução de Ministérios; Economia; Mito; Visibilidade.

¹ Formado em História pela Universidade de Brasília, é Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério da Economia. Atualmente, exerce suas atividades na Diretoria de Finanças e Contabilidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a evolução dos gastos com despesas cujo Identificador de Resultado Primário seja 1 no âmbito do Ministério da Economia e dos Ministérios que o antecederam até 2018, a fim de se conhecer o comportamento de tais despesas entre 2015 e 2019, período em que cinco Ministérios foram transformados em uma única pasta. Com isso, a análise da execução orçamentária pretende fornecer subsídios para verificar se reduzir a quantidade de Ministérios é um meio eficaz ou não de se obter economia de recursos públicos.

Assim, pretende-se, por meio dos números, confrontar o discurso de que o elevado número de Ministérios gera um gasto que poderia ser reduzido caso a máquina pública fosse menor. Por fim, buscar-se-á relacionar o porquê desse discurso ter força com o regime de visibilidade do filósofo franco-argelino Jacques Rancière.

DESENVOLVIMENTO

1) A CRIAÇÃO DE UM MITO

João Henrique Botteri Negrão fez uma análise acerca da cobertura da Guerra Civil Espanhola pelo jornal O Estado de São Paulo para construir sua tese sobre a criação do mito (NEGRÃO, 2005). Observou o saudoso historiador que os destaques em partes nobres do periódico e a frequência com que eram relatados o cotidiano da guerra na Espanha serviam como instrumento de propaganda política do Estado Vargasista, que por sua vez compartilhava do discurso anticomunista do periódico paulistano. À medida que a censura recrudescia, o próprio governo passou a cuidar do que podia ou não ser veiculado. Assim, Vargas utilizou-se de um sistema de propaganda em massa para demonstrar as atrocidades da guerra que eram atribuídas aos republicanos espanhóis, genericamente tratados como comunistas, os quais passaram a representar no imaginário popular as forças malignas que deveriam ser combatidas.

Além disso, Negrão (2005) fez um estudo comparativo com o sistema de propaganda nazista, que escolheu como inimigos da sociedade alemã os judeus, acusando-os de serem os responsáveis pela crise econômica que assolava a Alemanha no pós 1ª Guerra, e os comunistas. Com isso, percebe-se que a semelhança entre essas situações é que foi feito o uso de um discurso reiterado com o objetivo de se eleger um inimigo maléfico a ser combatido. Ao passo que se elege

a força do mal, apresenta-se a solução a este, no caso a força que representa o bem e salvará a população da ameaça comunista e do semitismo: o Estado Novo no Brasil e o Partido Nazista na Alemanha. Portanto, a teoria do mito se baseia na construção de uma imagem ruim sobre algo e a apresentação da solução salvadora para este problema.

Em que pese as diferenças entre o que se elege como o inimigo e também como salvador, assim como das consequências disso para as coletividades, tem-se observado no Brasil a criação de um discurso, que ressurgiu com força em anos eleitorais, acerca do tamanho da máquina pública: é comum encontrar candidatos, jornalistas e formadores de opinião acusarem um inchaço da estrutura administrativa como o grande responsável pelo déficit fiscal dos entes federativos. Com isso, a extinção de Ministérios/ Secretarias e a redução de cargos públicos apresentam-se como solução para o equilíbrio das contas públicas, incorporando no imaginário popular uma roupagem que denota uma boa gestão administrativa, pois transmite a ideia de combate a privilégios e corrupção com o consequente corte de gastos desnecessários. Assim, transformam-se em políticas de campanha e, quando não, de Estado.

Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, eram comuns as referências pejorativas à existência de trinta e nove Ministérios, sendo recorrente o argumento de que esse número elevado de órgãos gerava um alto custo de manutenção ao país². A redução para vinte e dois Ministérios na administração de Michel Temer foi um fato que chegou a ser comemorado por seus apoiadores³ e que compôs o balanço dos feitos realizados em seu primeiro ano de governo, ocupando lugar ao lado de ações como a Reforma Trabalhista e o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade do INSS. Cabe ressaltar, inclusive, que a estruturação da Esplanada com no máximo quinze Ministérios foi promessa de campanha do então candidato à presidência Jair Bolsonaro antes mesmo da realização do 1º turno das eleições de 2018⁴. Já eleito e ainda na fase de transição,

² Ver reportagem em <https://oglobo.globo.com/brasil/a-conta-do-inchaco-de-ministerios-no-governo-dilma-8432076>.

³ Ver reportagem em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/02/02/com-novos-ministerios-temer-tem-agora-4-pastas-a-menos-que-dilma.htm?cmpid>.

⁴ Ver reportagem em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/05/interna_politica,994655/bolsonaro-diz-que-se-eleito-governo-tera-no-maximo-15-ministerios.shtml.

o futuro Ministro da Economia de Jair Bolsonaro anunciou que acabaria com vinte e um mil cargos comissionados, funções e gratificações⁵.

Conforme se observa, o tema é recorrente e, por encontrar apoio na opinião pública, ganha corpo nos debates políticos. Poucos são os que questionam de maneira pública se realmente estes são meios factíveis de se reduzir os gastos públicos ou, caso reduzam, se essa redução não se dará ao custo de eficácia na área afetada. Nesse ponto, uma entrevista do ex-Ministro da Fazenda Ciro Gomes, em que ele contra-argumenta o economista Rodrigo Constantino e o questiona acerca do quanto se economizaria caso todos os Ministérios fossem extintos e se uma eventual redução da máquina “dará bilhão” em matéria de economia para as contas públicas⁶, tornou-se um ícone para aqueles que são céticos quanto aos efeitos práticos nas contas públicas que uma estrutura mais enxuta pode gerar.

Diante desse cenário, a racionalização de Ministérios promovida pela Medida Provisória nº 870/2019 representa a aplicação desse discurso à realidade, tornando-se, assim, a oportunidade de se confrontar dados passados da execução de despesas das extintas pastas ministeriais com os dados do último exercício financeiro do Ministério resultante da unificação desses órgãos. Com isso, o intuito é que a pesquisa gere subsídios concretos para reforçar ou rejeitar a tese de que a extinção de Ministérios, Secretarias e cargos públicos é um meio de se conter o gasto público e melhor direcioná-lo.

Vale ressaltar que a teoria do mito não significa dizer que algo é falso, mas apenas que um discurso reiterado elege algo como um mal a ser combatido ao mesmo tempo que apresenta a solução para este, ganhando espaço no imaginário popular. Assim, ao associar-se o discurso da redução da máquina pública à teoria do mito não se objetiva fazer um juízo prévio de valor, mas tão somente mostrar como criou-se um discurso de que algo é ruim e que precisa ser combatido de uma determinada forma a ponto de, dito reiteradamente, criar um consenso na opinião pública sobre o tema.

⁵ Ver reportagem em <https://oglobo.globo.com/economia/governo-anuncia-corte-de-21-mil-cargos-comissionados-funcoes-gratificadas-23517912>.

⁶ Ver entrevista em <https://www.youtube.com/watch?v=xxnn-lPglz4>.

A título ilustrativo, abaixo seguem alguns trechos de declarações de políticos e economistas acerca do tema:

"O PMDB abraçou a tese de diminuição do número de ministérios, que é a diminuição da máquina pública. O governo pede à população sacrifícios para garantir o ajuste fiscal. O Brasil precisa. Está gastando demais e está arrecadando de menos. Mas nós precisamos que o governo dê o exemplo" (Moreira Franco⁷).

"Certeza de que a população queria a redução do número de ministérios" (Eliseu Padilha⁸).

"De fato a gente acaba vendo muitos voos de galinha aqui por falta de poupança. Poupança no Brasil não existe por um problema estrutural, não vale a pena falar de todas as causas disso agora, mas na minha concepção a solução passa por redução de gasto público. Quando o governo baixar gasto, as pessoas vão poupar mais ... Trinta e seis ministérios" (Rodrigo Constantino⁹).

"Assumi compromisso de reduzir número de ministérios, extinguir e privatizar grande parte das estatais que hoje existem. São gastos desnecessários que devem atender a população. Recusar acordões que negociam cargos em troca de apoio já faz parte deste objetivo" (Jair Messias Bolsonaro¹⁰)

2) NÚMEROS QUE FALAM

A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 (convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019), promoveu uma das maiores reformas da estrutura administrativa do Poder Executivo Federal. Em seu art. 57, ela transformou os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; da Fazenda; e do Trabalho em Ministério da Economia. Contudo, antes disso, a Medida Provisória nº 696, de 2 de outubro de 2015 (convertida na Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016), já havia unificado o Ministério do

⁷ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/02/02/com-novos-ministerios-temer-tem-agora-4-pastas-a-menos-que-dilma.htm?cmpid>.

⁸ Ibidem.

⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xxnn-IPglz4>.

¹⁰ Ver reportagem em <https://www.msn.com/pt-br/news/politica/cria-c3-a7-c3-a3o-de-minist-c3-a9rio-contraria-promessa-de-bolsonaro-na-campanha-de-2018/ar-BB15p0Ne>.

Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social em Ministério do Trabalho e Previdência Social¹¹.

Portanto, a atual estrutura do Ministério da Economia comporta as atribuições que antes eram compartilhadas entre cinco pastas ministeriais. A análise se dará justamente sobre os gastos do Ministério da Economia e de seus predecessores, haja vista que esse é o melhor exemplo que se tem de reforma administrativa com fins de redução da máquina pública. Como recorte temporal, a análise recairá sobre os exercícios financeiros de 2015 a 2019.

Conforme se observa no Gráfico I abaixo, 89,4% das despesas liquidadas entre 2015 e 2019 na Unidade Orçamentária 25101, que correspondia ao Ministério da Fazenda até 2018 e ao Ministério da Economia em 2019, foram despesas primárias de execução obrigatória (Identificador de Resultado Primário 1 – RP 1). Devido ao elevado percentual que representa em relação ao total de despesas executadas no âmbito de um Ministério, a análise do comportamento do grupo de despesas de RP 1 é suficiente para se inferir o comportamento das despesas da Unidade Orçamentária como um todo.

Despesas Liquidadas - UO 25101 - 2015 a 2019

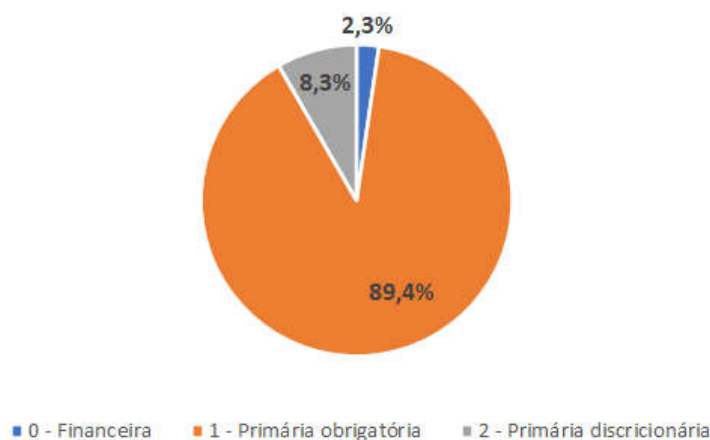


Gráfico I. Fonte: SIOP BI.

¹¹ Mais tarde, a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, renomeou o Ministério do Trabalho e Previdência Social para Ministério do Trabalho, transferindo as atribuições relativas ao tema Previdência Social para o Ministério da Fazenda, o que não muda em termos práticos o resultado final.

As despesas de RP 1 correspondem basicamente às Despesas com Pessoal, aos Benefícios aos Servidores e às Pensões Indenizatórias decorrentes de Legislação Especial. Desse modo, a análise recairá no histórico de execução das Ações que se destinam a esse fim, a saber:

- 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis;
- 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União;
- 0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais;
- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;
- 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares;
- 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
- 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares;
- 00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade;
- 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Antes de se iniciar a análise, convém alguns esclarecimentos:

- I. Conforme se observa no Anexo II, por mais que a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional já fossem Unidades Orçamentárias próprias (UOs 25103 e 25104, respectivamente), até 2016 suas despesas com aposentados e pensionistas (Ação 0181) eram executadas pela UO 25101 – Ministério da Fazenda, de modo que somente a partir de 2017 que essas Unidades Orçamentárias passaram a ser responsáveis pela execução das despesas relativas a seus aposentados e pensionistas. Assim, para que a base analisada se mantenha homogênea, as despesas liquidadas na Ação 0181 pelas UOs 25103 – SRF e 25104 – PGFN entre 2017 e 2019 foram somadas às despesas executadas nessa mesma Ação pela UO 25101 – Ministério da Fazenda/Economia;
- II. O caso da 25104 – PGFN é ainda mais peculiar, pois suas despesas com Benefícios aos Servidores, Ações 2004 e 212B, somente passaram a ser executadas por ela em

2019. Assim, os valores referentes a esse exercício também foram somados aos correspondentes na UO 25101; e

- III. Com o objetivo de otimizar as dotações orçamentárias e reduzir a quantidade de créditos suplementares feitos ao longo dos exercícios para atendimento de despesas com benefícios, a partir de 2018 as ações 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares, 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares, 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares e 00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade passaram a compor planos orçamentários de uma única ação orçamentária, a 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

Ao se observar o histórico de execução dessas despesas em valores nominais, conforme Quadro I abaixo, percebe-se que no período analisado sempre houve aumento em relação ao ano anterior. Esse aumento não é uniforme, tendo variado de R\$ 375 milhões até quase R\$ 2 bilhões. Nesse ponto, chama atenção o fato de que de 2018 para 2019, justamente quando quatro Ministérios foram fundidos em um único, as despesas aumentaram em pouco mais de R\$ 1 bilhão.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2015	2016	2017	2018	2019
	Liquidado	Liquidado	Liquidado	Liquidado	Liquidado
25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	8.485.396.189	8.739.048.044	10.334.540.440	10.726.736.710	16.917.515.287
28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta	160.058.663	162.279.843	189.295.743	205.919.080	-
33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	234.551.193	-	-	-	-
38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	2.647.869.621	-	-	-	-
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	-	2.917.873.082	3.099.004.623	3.108.606.989	-
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta	1.552.340.880	1.636.427.787	1.780.401.744	1.856.721.253	-
TOTAL	13.080.216.546	13.455.628.756	15.403.242.550	15.897.984.032	16.917.515.287
DIFERENÇA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	-	375.412.210	1.947.613.793	494.741.482	1.019.531.255

Quadro I: Despesas em valores nominais. Fonte: SIOPI BI

Uma observação interessante a se fazer, é que em termos percentuais o aumento das Despesas com Pessoal, Benefícios e Pensões Especiais de um ano foi maior que a inflação medida pelo IPCA do ano imediatamente anterior, à exceção do ano de 2016, quando o percentual de aumento dos gastos foi maior que a inflação de 2015. Há apenas um tipo de despesa que é influenciada pela inflação, no caso, o Auxílio-Transporte, o qual varia conforme o aumento das

passagens nos transportes públicos. Contudo, como pode ser observado no Anexo I deste artigo, esse tipo de despesa não é tão significativo ante o total de gastos.

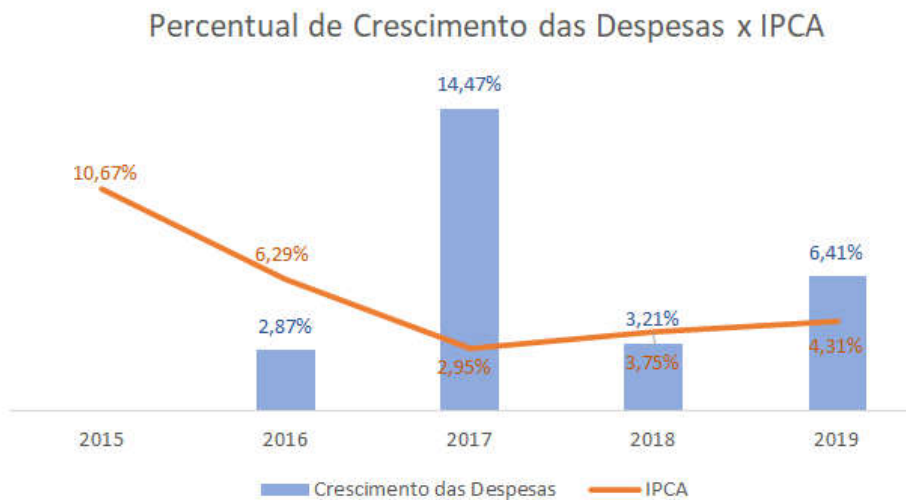


Gráfico 2. Fonte: SIOP BI

Por fim, para que a análise se dê sob a mesma base, é necessário que ela também seja feita em termos reais, a fim de se eliminar os efeitos da inflação. Corrigindo os valores anuais para dezembro de 2019, observa-se que houve queda nas despesas em dois períodos: de 2016 em relação a 2015 e de 2018 em relação a 2017. Contudo, houve acentuado aumento em 2017 e um pequeno aumento em 2019. Olvidando um pouco os percentuais e concentrando na análise dos números, perceber-se-á que nos últimos três exercícios financeiros as despesas fecharam na casa dos R\$ 16 bilhões, o que demonstra certa estabilidade na execução.

	2015	2016	2017	2018	2019
Valores Reais	15.636.608.836	15.034.837.861	16.741.621.053	16.607.431.569	16.917.515.287
Crescimento Real em relação ao ano anterior	-	-4%	11%	-1%	2%

Quadro II. Fonte: SIOP e Calculadora do Banco Central

3) DO ORÇAMENTO PÚBLICO À MICHAEL JACKSON: O REGIME DE VISIBILIDADE

Se em termos nominais as despesas apontaram crescimento e em termos reais estabilidade, por que o número de ministérios é tomado como medida do tamanho da máquina pública? Uma

das hipóteses poderia ser simplesmente o desconhecimento da composição das despesas de um Ministério e do fato de as despesas obrigatórias ocuparem boa parte da dotação total. Contudo, a fala do Presidente Jair Messias Bolsonaro ao justificar a criação do Ministério das Comunicações¹² (contrariando sua promessa de campanha), argumentando de que mais uma pasta não elevaria os gastos públicos, pois seria criado apenas o cargo de Ministro, mostra conhecimento dessa realidade.

Uma análise interessante seria observar a questão sob a ótica dos regimes de visibilidade do filósofo Jacques Rancière. Para este pensador, o que se chama pelo nome de política é o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades (RANCIÈRE, 2018, p. 41). Nesse processo de construção do consentimento, haveria uma estética¹³ da política no sentido de que os atos de subjetivação política redefiniriam o que é visível, o que se pode dizer dele e que sujeitos são capazes de fazê-lo (RANCIÈRE, 2012, p. 63).

Assim, para o filósofo há uma ordem do visível e do dizível que faz com que determinada atividade seja visível e uma outra não o seja, que uma palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (RANCIÈRE, 2018, p. 42). No caso em análise, o lugar do visível é ocupado pela ênfase no número reduzido de Ministérios como forma de racionalização de gastos, enquanto a efetividade da medida, por mais que se saiba que não ocorre, torna-se ruído.

Fujamos um pouco do campo da política e do Orçamento Público e observemos um interessante paralelo no ramo da arte para uma melhor compreensão do regime de visibilidade. Aliás, uma fuga apenas do campo do Orçamento Público, já que para Rancière a arte é política porque mostra os estigmas da dominação.

Passados onze anos da morte de Michael Jackson, em que pese o título de rei do Pop, ele continua sendo lembrado muito mais pelas polêmicas do que pela profundidade de sua obra, que não se resume à indiscutível qualidade da dança e pelas inovações tecnológicas que utilizava. No imaginário popular, Michael é muito mais lembrado e comentado pelo lado bizarro: “o negro que

¹² Ver reportagem em <https://www.msn.com/pt-br/news/politica/cria-c3-a7-c3-a3o-de-minist-c3-a9rio-contraria-promessa-de-bolsonaro-na-campanha-de-2018/ar-BB15p0Ne>.

¹³ No sentido contemporâneo de estética, a qual comporta uma tendência ontológica-metafísica que muda radicalmente a visão clássica do belo e a substitui pela vertente do verdadeiro ou do verídico.

ficou branco”, “a pessoa suspeita de pedofilia”, “a criança que nunca cresceu e queria viver na Terra do Nunca”. Tais fatos representam, na teoria de Rancière, o visível.

Contudo, pouco se fala de que Michael é o autor de músicas com o teor de “Heal the World” (Cure o Mundo), tão atual nesse pandêmico ano de 2020, pois convoca o coletivo a curar o mundo e a fazer um lugar melhor para toda a raça humana; “Black or White” (Preto ou Branco), em que ele brada que não passaria sua vida sendo apenas uma cor, pois não se tratava de raças, mas de rostos; e “They don’t care about us” (Eles não ligam pra gente), em que ele acusa tanto a brutalidade policial quanto o cansaço em ser vítima de ódio, parecem um retrato recente dos acontecimentos envolvendo George Floyd nos Estados Unidos. Esse lado de Michael, por mais sublime que seja, ocupa o invisível nas lembranças e nas críticas, é o ruído apontado por Rancière.

Enfim, tanto na arte do Rei do Pop quanto no discurso que defende uma estrutura administrativa enxuta, os regimes de visibilidade definem o que aparece e como aparece no espaço público e o que permanece como ruído. Nesses dois casos em específico, uma frase de Rancière define bem o processo: “o banal torna-se belo como rastro do verdadeiro” (RANCIÈRE, 2005, p. 50).

CONCLUSÃO

Conforme se observa nos números apresentados, reduzir o número de Ministérios não é um meio eficaz para se gerar uma economia de recursos públicos. Declarações de políticos experientes como o ex-Ministro Ciro Gomes e até mesmo a entrevista do Presidente Jair Bolsonaro ao criar o Ministério das Comunicações inferem que o meio decisório tem ciência desse fato. Contudo, declarar que se eleito fará uma redução da estrutura administrativa soa no imaginário popular como sinônimo de contenção de gastos desnecessários, ou seja, adquire uma roupagem ética que denota uma administração boa.

Em um determinado regime de visibilidade é mais relevante atuar sobre o lado visível de uma questão e não sobre o lado ruído. Assim, diminuir a quantidade de Ministérios é o lado visível, enquanto a efetividade da redução dos gastos seria o ruído, pois atuar sobre o primeiro parece produzir eficácia simbólica tão relevante quanto se produziria caso se estivesse efetivamente diminuindo o custeio da máquina pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÔNIMO. **Bolsonaro promete que, se eleito, governo terá "no máximo" 15 ministérios.** Estado de Minas. 05/10/2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/05/interna_politica,994655/bolsonaro-diz-que-se-eleito-governo-tera-nomaximo-15-ministerios.shtml. Acessado em: 11 de julho de 2020.

BIANCHI, Paula. **Com novos ministérios, Temer tem agora 4 pastas a menos que Dilma.** UOL. 02/02/2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/02/02/com-novos-ministerios-temer-tem-agora-4-pastas-a-menos-que-dilma.htm?cmpid&cmpid>. Acessado em: 11 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acessado em: 30 de março de 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acessado em: 30 de março de 2020.

CORREA, Marcello. **Governo anuncia corte de 21 mil cargos comissionados e funções gratificadas.** O Globo. 13/03/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-anuncia-corte-de-21-mil-cargos-comissionados-funcoes-gratificadas-23517912>. Acessado em: 11/07/2020.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Conversas Cruzadas: Constantino vs Ciro Gomes.** Youtube. 25/04/2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xxnn-lPglz4>. Acessado em: 11/07/2020.

DAMÉ, Luiza e ALENCASTRO, Catarina. **A conta do inchaço de ministérios no governo Dilma.** O Globo. 18/03/2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/a-conta-do-inchaco-de-ministerios-no-governo-dilma-8432076>. Acessado em: 11 de julho de 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LIMA, Sérgio. **Criação de Ministério contraria promessa de Bolsonaro na campanha de 2018.** Poder 360. 12/06/2020. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/news/politica/cria-c3-a7-c3-a3o-de-minist-c3-a9rio-contraria-promessa-de-bolsonaro-na-campanha-de-2018/ar-BB15p0Ne>.

Acessado em: 11 de julho de 2020.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. **Selvagens e Incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento público, AFO e LRF.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento.** São Paulo: Ed. 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado.** Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ANEXO I – GASTOS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA E UO

Ano Exercício	Unidade Orçamentária (desc.)	Ação (ano, desc.)	Empenhado Liquidado	
2015	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	10.438.902	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civ	7.595.056.091	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	42.104.713	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	889.202	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e M	4.386.835	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	31.806.159	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	757.185.494	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legis	43.528.792	
	SUBTOTAL			8.485.396.189
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	62.028	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civ	16.936.339	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	1.482.526	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	101.831	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e M	381.007	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	3.601.268	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	137.493.665	
	SUBTOTAL			160.058.663
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	293.759	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civ	163.311.873	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	3.807.745	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	56.333	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e M	791.001	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	3.178.613	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	63.111.869	
	SUBTOTAL			234.551.193
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	1.984.629	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civ	1.478.877.261	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	29.056.221	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	828.333	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e M	5.161.419	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	33.662.420	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.098.299.339	
	SUBTOTAL			2.647.869.621
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	1.183.355		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civ	618.795.521		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	16.689.274		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	678.216		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e M	2.538.292		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	22.206.346		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legis	395.744		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	889.854.133		
SUBTOTAL			1.552.340.880	
TOTAL 2015			13.080.216.546	
2016	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	10.586.468	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	7.786.999.800	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	53.570.004	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	4.145.483	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e M	5.323.848	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	42.083.663	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legis	41.074.385	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	20TP - Pessoal Ativo da União	795.264.394	
SUBTOTAL			8.739.048.044	



Escola Nacional de Administração Pública

2016	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	62.028	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	18.500.498	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	1.765.113	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	409.083	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	442.000	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	4.310.126	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	20TP - Pessoal Ativo da União	136.790.995	
	SUBTOTAL			162.279.843
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	0	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	0	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	0	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	0	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	0	
	33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta	20TP - Pessoal Ativo da União	0	
	SUBTOTAL			0
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	0	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	0	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	0	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	0	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	0	
	38101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Diret	20TP - Pessoal Ativo da União	0	
	SUBTOTAL			0
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	2.503.930		
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.683.794.279		
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	37.894.489		
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	3.648.375		
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	6.999.548		
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	45.075.832		
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	20TP - Pessoal Ativo da União	1.137.956.629		
SUBTOTAL			2.917.873.082	
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	1.003.704		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	654.022.488		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	18.770.282		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	2.632.040		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	3.517.032		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	29.328.486		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legisl	419.635		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	20TP - Pessoal Ativo da União	926.734.120		
SUBTOTAL			1.636.427.787	
TOTAL 2016			13.455.628.756	
2017	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	12.042.855	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	9.243.487.892	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	58.970.580	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	4.615.662	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	7.200.103	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	54.911.345	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legisl	38.949.779	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	20TP - Pessoal Ativo da União	914.362.224	
	SUBTOTAL			10.334.540.440
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	112.028	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	22.051.006	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	1.893.685	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	487.839	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	683.520	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	4.845.371	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	20TP - Pessoal Ativo da União	159.242.294	
	SUBTOTAL			189.295.743
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	2.412.570	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.762.952.593	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	33.761.695	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	3.446.172	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	6.483.953	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	40.702.222	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	20TP - Pessoal Ativo da União	1.249.245.417	
SUBTOTAL			3.099.004.623	
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e	1.133.356		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	710.687.789		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, E	18.787.509		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores C	2.667.838		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Mi	3.765.488		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e N	30.270.849		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legisl	613.299		
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	20TP - Pessoal Ativo da União	1.012.475.617		
SUBTOTAL			1.780.401.744	
TOTAL 2017			15.403.242.550	

2018	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	9.638.107.163	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	61.876.826	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	20TP - Pessoal Ativo da União	914.796.327	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e Provisórias	38.746.234	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	73.210.159	
	SUBTOTAL			10.726.736.710
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	25.119.124	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	2.295.668	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	20TP - Pessoal Ativo da União	172.710.474	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	5.793.814	
	SUBTOTAL			205.919.080
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.807.683.186	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	29.037.722	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	20TP - Pessoal Ativo da União	1.220.809.167	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	51.076.914	
	SUBTOTAL			3.108.606.989
	47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	739.877.790	
	47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	18.503.729	
	47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	20TP - Pessoal Ativo da União	1.051.151.135	
	47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e Provisórias	616.413	
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	46.572.186		
SUBTOTAL			1.856.721.253	
TOTAL 2018			15.897.984.032	
2019	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	12.891.368.997	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	95.895.125	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	20TP - Ativos Civis da União	3.721.977.668	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e Provisórias	38.185.316,23	
	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	170.088.180	
	SUBTOTAL			16.917.515.287
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	0	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	0	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	20TP - Ativos Civis da União	0	
	28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - A	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	0	
	SUBTOTAL			0
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	0	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	0	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	20TP - Ativos Civis da União	0	
	40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	0	
	SUBTOTAL			0
	47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	0	
	47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	0	
	47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	20TP - Ativos Civis da União	0	
	47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e Provisórias	0	
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Outros	0		
SUBTOTAL			0	
TOTAL 2019			16.917.515.287	

ANEXO II – EXECUÇÃO DA AÇÃO 0181 NAS UOs 25103 E 25104

Ano			Empenhado
Exercício	Unidade Orçamentária (desc.)	Ação (ano, desc.)	Liquidado
2015	25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	795.567
		2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	40.451.527
		2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.750.414
		2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	4.455.000
		2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	109.895.000
	25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	5.076.782.488
2016	25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	661.829
		2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	50.216.935
		2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	11.673.840
		2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	5.025.520
		2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	133.047.452
	25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	20TP - Pessoal Ativo da União	5.124.196.831
2017	25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	745.708
		0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	7.636.258.372
		2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	51.955.034
		2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	11.412.705
		2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	5.659.881
	25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	140.239.770
2018	25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	20TP - Pessoal Ativo da União	5.859.624.060
		0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	118.930.750
		20TP - Pessoal Ativo da União	621.103.453
		0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	8.004.966.014
		2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	51.422.947
	25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	20TP - Pessoal Ativo da União	5.719.258.702
2019	25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	154.262.718
		0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	129.510.706
		20TP - Pessoal Ativo da União	681.436.200
		0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	8.429.753.633
		2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	51.261.279
	25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	20TP - Ativos Civis da União	5.738.072.332
2019	25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	142.202.131
		0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	137.773.868
		2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.856.081
	25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	20TP - Ativos Civis da União	828.076.076
		212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	11.328.219